



JOLIMAR CORRÊA PINTO

Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados. Entre outras atividades na Casa, exerceu os cargos de diretor da Coordenação de Habitação, chefe de gabinete, assessor técnico-jurídico, diretor do Departamento de Comissões.

ENTREVISTADORES:

Glória Varela, Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho, com intervenções de Pedro Ivan Pellegrini e Carlos Roberto Maranhão Coimbra.

LOCAL:

Brasília

DATA:

15/8/2003

DURAÇÃO:

1 hora, 25 minutos

TÓPICOS:

Sua vinda para Brasília; a falta de crença por parte de servidores e parlamentares na permanência da capital em Brasília; o papel do Legislativo na época do regime militar e nos dias de hoje; a postura dos funcionários durante o período do regime militar; o “pacote de abril”; as relações interpessoais entre servidores e parlamentares; a infra-estrutura na Câmara; a reforma administrativa da Câmara dos Deputados em 1971; o episódio da troca de tiros entre os ex- deputados Souto Maior e Nelson Carneiro; questões que envolvem a Câmara e o funcionalismo hoje.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor podia dar nome, onde nasceu, formação, como entrou para a Câmara. Só para a gente organizar a conversa.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Jolimar Corrêa Pinto. Eu nasci em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1936. Aos doze anos fui trabalhar no fórum, em um cartório, estudando à noite. Aos dezoito anos fiz um concurso para escrevente juramentado do cartório crime de Juiz de Fora. Fiquei lá até o Exército me levar. Entrei no Exército em janeiro, e em setembro já era sargento do Exército. Aí gostei daquela situação. Fiquei lá três anos. Aí fiz o concurso para a Câmara, em nível médio, e ao mesmo tempo fazia o curso de Direito na Universidade de Brasília. Fiz o concurso para nível superior – oficial legislativo, chamava-se na época. E me formei. A partir daí, fui chefe de sessão, fui chefe de gabinete, fui diretor de departamento, fui assessor de deputado e de senador; depois da aposentadoria, desembargador também.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor lembra de datas? Por exemplo, o primeiro concurso que o senhor fez para nível médio, o senhor lembra a data?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Foi 1961, 62.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E quando o senhor fez para oficial legislativo, foi quando?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Foi em 1964, 65, por aí.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, o senhor passou tanto pela administração da Casa quanto em funções ligadas ao processo legislativo, não é?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – É. Eu fui diretor do Departamento de Comissões – é o âmbito onde realmente se constrói a lei. A parte técnica da construção da lei é aqui, pelo menos deveria ser, não é?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, vamos agora puxar pela memória. Que fatos marcantes – que marcaram sua vida aqui dentro? Ao lembrar de coisas para trás, o que vem a sua mente?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – É claro que o dia da posse, esse é indelével, ninguém esquece o dia em que entrou na Câmara dos Deputados, principalmente eu, que entrei lá no Exército. E no começo era bom, parecia que era brincadeira, você pega em arma, dá tiro etc. Mas, logo, logo você vê que não é nada daquilo. Então, a minha vinda para a Câmara foi um acontecimento importante na minha vida.

A partir daí...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mudou o rumo da sua vida?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Claro. Mudei de cidade. Morava em Juiz de Fora e vim para Brasília. Fiquei livre do frio de Minas Gerais. Encontrei esse calor de Brasília, essa secura de Brasília, que tem lá seus problemas, mas é muito melhor do que aquela neblina de Juiz de Fora. E eu já era casado quando eu vim para cá. A novidade aqui foi a Câmara dos Deputados e o curso de Direito, que eu fiz o curso de Direito, aqui na UnB, também coisa paralela. Agora, na Câmara, propriamente, o que poderia ter acontecido de marcante... Cada vez que você é nomeado para um cargo importante, evidentemente, isso marca a sua vida. Fui chefe de gabinete da Primeira-Secretaria doze anos, na época em que a Primeira-Secretaria era realmente a administração da Casa, era a superintendência da Casa. Então, eu tive a oportunidade de participar de muita coisa importante. Por exemplo, a Resolução nº 20, que foi a que reorganizou a administração da Câmara dos Deputados, deu cara nova, deu organicidade à administração da Câmara, porque a Câmara vivia em Brasília com aquela montagem da Resolução nº 67, que não acrescentava muito ao que tinha no Rio de Janeiro. Então, a Resolução nº 20 foi feita em trabalho comum com a Fundação Getúlio Vargas. Isso marcou muito a minha vida. Participei ativamente da construção dessa resolução, dessa nova cara que a Câmara recebeu. Praticamente com alguma alteração ou outra é a que temos hoje aqui. Alguns órgãos foram promovidos de coordenação para departamento, outros para centros, mas, basicamente é aquela departamentalização que foi construída naquela época, em 1971.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O que mais que o senhor lembra?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Bom, tive a oportunidade de trabalhar com o deputado Franco Montoro, que é uma figura muito grande da política brasileira e com o qual... eu fui assessor dele e na verdade aprendi muito com ele. Eu o assessorava na área de Direito, na Comissão de Relações Exteriores, e ele me ensinava a política, a prática da política, a convivência política. Ele foi um homem que formou um quadro político ao qual pertenceu Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Serra. Então, essa minha convivência com ele foi um aprendizado permanente e foi muito importante. E, é claro, a gente não se esquece de cada uma das vezes em que ele, sem querer, ensinava. A própria prática dele ensinava àqueles que estavam ao seu redor.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Que outros grandes líderes chamaram sua atenção ao longo de todo esse tempo?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Daquela velha guarda, nós poderíamos falar daqueles nomes que empolgavam a Câmara, empolgavam o Plenário da Câmara pelos seus discursos. Almino Affonso é um dos nomes que marcaram muito, não só pela sua qualidade de orador, mas pelo aspecto material, pelo conteúdo do que ele falava. E o Mário Covas, uma figura de primeira grandeza como orador, jovem ainda, empolgava a Câmara, fazia a Câmara se calar para ouvir o seu discurso, até o momento da cassação.

É claro que Ulysses Guimarães é uma figura que também marcou indelevelmente a Câmara dos Deputados, e está o seu nome no plenário. Com muita competência ele foi presidente do PMDB, da Câmara, da Assembléia Constituinte. Então, foi um homem que deixou marcas aqui. Eu diria que quem pode dizer muito dele, dizer do aspecto da intimidade, é o Paulo Afonso e o Sabino, que eram o secretário-geral e o diretor-geral da Câmara. Porque acho que vale a pena arrancar desses dois detalhes da vida desse homem e da participação dele, da força moral do Ulysses Guimarães, da maneira como ele conduziu a construção dessa maravilhosa Constituição de 1988, que, infelizmente, já foi toda deformada, mas ele fez o seu trabalho, ele cumpriu a sua missão.

Claro que Jarbas Passarinho, porque ele participou ativamente da Constituinte também. E eu posso até estar cometendo alguma injustiça de esquecer alguns nomes, mas é claro que alguns nos empolgam mais.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sim, mas de alguma forma esses foram os nomes que chamaram a sua atenção.

Bom, o senhor está falando de uma época em que a política era muito tumultuada.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Eu diria que é difícil encontrar uma fase em que não houvesse tumulto, não é? Mas umas mais do que as outras.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – É verdade. Como que os fatos históricos, na sua percepção, relativos a essa época, interferiram aqui, no Legislativo?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – É claro que, quando o Legislativo tem o seu funcionamento normal, constitucional, a interferência pode até ocorrer sem conseqüências. Mas o fato histórico primeiro que eu senti, que eu observei, de que eu participei foi a Revolução de 64. Essa transtornou totalmente a vida do Legislativo e fez com que a Casa perdesse membros ilustres, como Mário Covas, por exemplo, e transtornou a Casa Legislativa tal como transtornou o país inteiro. Depois, foram aqueles fatos. Em 1968, trabalhei com o vice-presidente da República, Pedro Aleixo. Ele era vice-presidente da República

e também presidente do Congresso Nacional. Naquela época, acumulavam-se essas funções: o vice-presidente da República era presidente do Congresso Nacional. E ocorreu então o fechamento do Congresso. No dia em que foi dado o golpe, Pedro Aleixo estava em Belo Horizonte, e eu fui encarregado de levar ao presidente do Congresso Nacional, Pedro Aleixo, uma carta do Comando Revolucionário, dizendo que estava fechado oficialmente o Congresso Nacional. Em Belo Horizonte, encontrei Pedro Aleixo, muito tranquilo, de pijama e sem nenhuma emoção. Pedro Aleixo... Pedro Aleixo, eu esqueci dele. Cometi a injustiça anteriormente...A figura de Pedro Aleixo foi marcante no Congresso, foi marcante para mim também, com o qual convivi.

E o que mais?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vamos falar mais sobre esse fato. O senhor foi levar uma carta ao vice-presidente. Conta tudo o que o senhor lembra desse dia.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Eu trabalhava com o Pedro Aleixo, era oficial de gabinete dele, mas não sabia o endereço do Pedro Aleixo em Belo Horizonte. Então, cheguei a Belo Horizonte. Quando eu desci no aeroporto, eu me perguntei: “onde é que mora o Pedro Aleixo?” (riso) Então, estava viajando conosco o Carlos Murilo, que era deputado, amicíssimo do Juscelino – eu nem sei se ele já estava cassado ou não, eu sei que ele não era ligado ao Pedro Aleixo, embora o Juscelino fosse. Então, recorri ao Carlos Murilo para saber onde é que o Pedro Aleixo morava. Ele então me deu uma carona até a residência do Pedro Aleixo, onde, como eu disse, o encontrei tranquilo como se o fechamento violento do Congresso não tivesse chegado lá, às suas portas. Na época houve até um caso interessante em que – isso é de conhecimento geral, alguém já deve ter até abordado aqui – o Comando Revolucionário abordou o Alckmin. O Alckmin teria ligado para o Pedro Aleixo e oferecido ao Pedro Aleixo o resguardo de Minas Gerais, porque ele era o vice-presidente e foi vítima daquele golpe. Alckmin era secretário de estado em Minas Gerais. Então, o Alckmin teria dado ao Comando Revolucionário uma daquelas respostas sibilinas que ele dava sempre. Ele falara em “clima”. E ele disse: “Não, o clima a que eu me referi não era o clima político, era o clima da natureza.” (riso) Essas coisas assim. Em época de revolução tem muita piada.

Outro fato interessante, porém menor: quando eu cheguei a Brasília, descendo do avião, correu em minha direção o primeiro-secretário da Câmara que era José Bonifácio. O José Bonifácio tinha um medo terrível de andar de avião, mas naquele dia, por essas razões, ele precisava ir para Minas Gerais de avião. Então, ele me agarrou pelos braços e dizia assim: “O tempo está bom? Não

menta para mim, não. O tempo está bom? O tempo está bom?” (risos) Então, realmente, eu disse para ele que o tempo estava ótimo e que ele poderia voar tranquilo. Chegamos aqui, de volta, o gabinete do vice-presidente da República passou a ser do Almirante ... [o entrevistado acrescentou posteriormente: almirante Radmacker] um daqueles oficiais generais que tomaram o poder, aquele triunvirato. Então, nós fomos obrigados a pedir exoneração das nossas funções e entregamos para os militares aquele gabinete onde está o Sabino atualmente, a Diretoria-Geral.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Olha, uma coisa que acho interessante, o senhor deve ter muitas histórias sobre isso: quando o Congresso foi fechado, muita gente teve seus ganhos reduzidos, e parece que houve muito drama – famílias que ficaram sem dinheiro para pagar a educação dos filhos. O senhor deve ter bastante história sobre isso.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Realmente, foi um período amargo, esse período do fechamento, porque os funcionários da Câmara sempre tiveram as horas extras – hora extra é um termo moderno; naquela época era sessão extraordinária – então, ganhava-se por cada sessão, e isso correspondia a um valor normalmente superior ao ganho normal. Então, o funcionário da Câmara não podia ficar doente, porque ele perdia dois terços do que ganhava; não podia entrar de férias. Era normal que funcionário tivesse quatro ou cinco anos de férias acumuladas. Entrava de férias e o diretor pedia o retorno por necessidade de serviço – era a forma que se encontrava para ir acumulando férias. Um chamado recesso, também – naqueles períodos, antes de eleições, a Câmara praticamente ficava vazia. Não como hoje... já não ocorre isso. Naquele tempo, dava-se quarenta dias de recesso – chamava-se recesso – na realidade eram licenças informais. Então, não se podia entrar em férias, não se podia ficar doente, não se podia perder esses dois terços, que se perdia. Quando o Congresso fechou, então nós perdemos dois terços durante todo aquele período. Eu não estou nem me lembrando agora de quantos anos foram, foi quase um ano, parece.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Eu não lembro. Você lembra?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Foi... não só para os funcionários, mas para os deputados também, porque os deputados na época também auferiam ganhos extras... eles ganhavam por sessão, por cada sessão extraordinária ganhavam sua diária também, na época. E está presente aqui um filho de um ex-congressista que deve ter sentido na carne essas coisas. (risos)

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor se lembra de alguma história particularmente dramática dessa época?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Particularmente o quê?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dramática. Alguma história que chamou a sua atenção, alguém que tenha passado grandes dificuldades especificamente?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Especificamente, não. Não, eu acho que não. Não. Um suicídio, por exemplo, não. Os deputados, eles tinham – isso talvez seja uma realidade que não deve ser dita; eu depois vou falar com você sobre isso –, porque os deputados, eles, muito pior do que os funcionários, o deputado faz uma eleição, ele gasta dinheiro que não tem, ele tem compromissos extras, ele precisa pagar dívidas com banco, com isso e com aquilo. De repente, tiveram um decréscimo salarial monstruoso. Então... os deputados tinham muitos cheques... eles pediam adiantamento, e esse adiantamento era feito; e eles, no fim do mês, repunham essa quantia. Mas, com a ocorrência desse recesso decretado pelos militares, eles ficaram impossibilitados e criaram inclusive dificuldades até para a administração da Câmara. Realmente, coisa dramática... é claro que isso é dramático, mas hoje nós estamos numa fase em que dramático significa alguém se suicidar, alguém ter se suicidado. Naquela época, em que a vida não era tão violenta assim, esses dramas pessoais, essa falta de dinheiro... Os bancos em cima dos deputados, em cima dos funcionários, certamente reconhecendo a situação... e os próprios bancos também viveram esse drama... gerentes de bancos com problemas, porque eles não podiam fazer cobrança, sabendo da impossibilidade real de alguém satisfazer os seus compromissos. Mas pode ser que eu me lembre de algum fato particular. Já, já, eu não me recordo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Se lembrar, a gente volta a esse assunto. As outras pessoas com que a gente conversou aqui, as pessoas se lembram muito de 66, quando o Congresso foi invadido pelo Exército. Se lembram do fechamento do Congresso em 68, mas pouca gente comenta o pacote de abril, na época do Geisel. O senhor se lembra de alguma coisa dessa época?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – O Geisel se investiu nas funções de legislador. Realmente, como não houve um pacto frontal com o fechamento, com a invasão do Congresso, isso acabou sendo apagado da memória. Mas ele legislou, ele alterou a Constituição, ele alterou a legislação. Ele fez uma coisa que dura até hoje. Como vocês sabem, a eleição de deputado é proporcional e o número de deputados também é proporcional ao número de eleitores do

estado. Os estados do Nordeste tinham poucos deputados, por outro lado, eram estados que davam apoio à revolução – os governadores mais conservadores – então, eram aqueles que apoiavam a revolução, porque ela veio para combater o comunismo, para combater o pessoal que queria invadir terras – como hoje está aí de novo – então, os políticos do Nordeste eram mais conservadores. Interessava ao poder militar aumentar aqui, no Congresso, as bancadas do Nordeste. Estabeleceu-se o seguinte: que todos os estados teriam, no mínimo, oito deputados. O Acre, por exemplo, Piauí, Amapá, esses pequenos estados, nenhum deles tinha o número suficiente de eleitores para ter oito deputados. Ele igualou os pequenos em oito deputados. Por incrível que pareça, essa medida revolucionária está mantida até hoje.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) - Como essa medida foi recebida pelos funcionários da Câmara dos Deputados? Isso chamou a atenção dos funcionários? Houve alguma reação?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Em termos negativos, não. É claro que o funcionário de carreira se ressentia toda vez que a Instituição é agredida. Há até uma piadinha a respeito disso: os funcionários são os “*insigni* ficantes” e os deputados são os “*insigni* partintes”. (risos) Os “*insigni* ficantes” se sentem donos da Casa, porque são eles que organizam a Casa, eles que administram a Casa. O deputado vem e vai, e eles ficam aqui, a exemplo de Luciano Brandão, que dirigiu a Casa durante quinze anos; de Sabino, que dirigiu dezesseis anos, e Paulo Afonso, que ficou mais de vinte anos. É natural que se sintam agredidos como se eles fossem o corpo que domina a Casa. A administração é importante. Eu fui diretor de Comissões, um setor importantíssimo da Casa, mas eu sentia, em determinados momentos, que o diretor de Finanças era mais importante do que eu, embora ambos fôssemos diretores de departamento – aquele que paga é mais importante. (risos)

Mas...voltando à pergunta. É claro que a gente se ressentia. Mas a classe política gostou dessa medida. Tanto gostou, que está aí, até hoje: os pequenos estados com um mínimo de oito deputados, sem que isso signifique proporcionalidade ao número de eleitores, como deveria ser, como é a regra geral.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Fale um pouco sobre o relacionamento entre os funcionários na época.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Eu entrei na Câmara dos Deputados em abril de 62. Fiquei maravilhado com a relação entre os servidores e entre estes e os parlamentares, porque eu estava vindo do Exército. O Exército tem uma relação muito tensa. No Exército, a comunicação entre aqueles que estão na hierarquia acima ou abaixo é muito difícil, porque é tensa – é disciplina. Volta

e meia você tem que punir alguém; volta e meia é punido. Então, quando eu cheguei à Câmara, essa vivência aqui, com um clima democrático... porque a disciplina no Exército não chega a ser democrática – onde você pode ser preso, onde você pode ser detido sem processo por um simples ato administrativo. Então, a princípio, eu me maravilhei com esse relacionamento. Em pouco tempo, já era amigo do meu chefe, jantávamos um na casa do outro. No Clube do Congresso, aos sábados, domingos e feriados, reuniam-se deputados e senadores, famílias e funcionários de certo nível, numa convivência maravilhosa. Tudo isso de acordo até com o princípio de Oscar Niemeyer. O Niemeyer, quando construiu em Brasília os apartamentos, talvez levado pela sua ideologia marxista, queria que o deputado tivesse um contínuo como vizinho, um motorista como vizinho. Para ele, o que deveria nortear a distribuição de imóveis, não era a posição do imóvel na cidade, mas o número de familiares. Um deputado que tinha só um filho deveria morar em um apartamento de dois quartos; se o motorista tinha três ou quatro filhos, deveria morar em um apartamento de três quartos. Esse era o clima que prevalecia aqui dentro da Câmara. Ocorria de tal forma esse relacionamento entre superiores e subordinados, incluindo os deputados, até pela seguinte razão: os deputados, na época, não dispunham de gabinete particular. Eles se socorriam das lideranças e dos partidos. No anexo I, funcionava um núcleo, ao qual os deputados recorriam para bater suas cartinhas. Não tinham gabinetes. Não havia local para gabinetes. A D. Ester era a chefe de lá; ela é quem comandava. O deputado levava suas cartas, inclusive o pai do nosso Beto era o freguês maior e levava seu material para ser feito lá. (risos)

Eu fui chefe de gabinete durante quinze anos e trabalhei em várias outras áreas. O nosso relacionamento com o deputado era muito estreito, até por isso. O deputado chegava lá: “Pede para algum funcionário para bater isso aqui”. Eles recorriam aos servidores da Casa. Essa ligação, essa dependência, em termos de trabalho, criava uma amizade. Chegava a ser em nível de amizade mesmo. Hoje, depois que se criaram os gabinetes, houve uma separação total. Na época, era até mais fácil obtermos resoluções de interesse geral do funcionalismo por causa dessa convivência. Os deputados nos ouviam. Eles dependiam dos funcionários. Depois que eles foram lá para os anexos III e IV, depois que eles passaram a ter independência em termos de gabinete, houve uma alteração radical no tratamento. Hoje, você chega a um deputado, ele já mede as conseqüências. Em princípio, ele não é levado a atender. Não tem mais aquela boa vontade quando dependia dos funcionários de carreira da Câmara para resolver seus problemas de correspondência e de assessoramento. Na época, não havia a Assessoria Legislativa. Ela foi criada exatamente nessa

Resolução nº 20, de 71. Eles dependiam de assessoria para fazer cartas, para fazer discursos, para fazer projetos, para fazer pareceres. Era um corpo permanente na Câmara quem resolvia esses problemas dos deputados. Hoje, o deputado tem o seu gabinete, para correspondência de um modo geral, e tem as assessorias, especificamente formadas para esse fim.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) - O senhor mencionou que devido a essa convivência estreita, próxima, era mais fácil obter medidas que favorecessem o corpo permanente da Casa. O senhor se lembra especificamente de alguma coisa que foi pleiteada e foi conseguida?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Por exemplo, o fato de nós ganharmos uma diária por uma sessão extraordinária era favorecimento. Porque é difícil algum de nós imaginar que isso fosse um bom senso, racionalmente considerando. Coloco essa questão como uma daquelas em que a boa vontade dos legisladores é que ajudava. Não sei se é porque também eles tivessem o mesmo tratamento, talvez. (risos) Pode ser que eu me lembre de algum outro fato que possa justificar isso que eu disse. Várias coisas de interesse eram obtidas com muita facilidade. Os gabinetes da Câmara – a Mesa –, eram sete membros da Mesa e lideranças – todos eles eram formados por funcionários da Casa. Era obrigado, era determinação regimental ou de resolução. Hoje, você vai a um gabinete de um membro da Mesa, você encontra um funcionário da Casa, que é o chefe de gabinete; os demais são de natureza especial ou ligados a gabinetes de deputados.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas também tem chefe de gabinete que não é da Casa... (risos)

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Isso separou muito o deputado do corpo permanente da Casa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Nessa época, havia alguma categoria mais corporativista dentro da Casa, que tinha mais influência, que tinha mais peso na hora de tomar uma decisão na associação dos funcionários?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – As categorias mais modestas sempre trabalharam corporativamente. Quanto mais alta a situação funcional, mais individual a ação, até porque tem condições. As categorias mais modestas, motoristas e a própria segurança, tinham a tendência de agir corporativamente para obter resultados. Agora, também, eu diria que a Taquigrafia ... a Taquigrafia da Câmara era apelidada de “principado da Câmara”, porque, realmente, eram funcionários do mais alto nível. O concurso era difícilimo. Geralmente o pessoal era só de nível superior. Também pela importância que tem a atividade

do taquígrafo. Ele é ligado intimamente ao deputado. Sabe-se que um discurso de um deputado de poucas letras é praticamente todo feito pela taquigrafia. Essas coisas criam uma relação de intimidade com o Parlamentar. Com isso a categoria passa a ter força. Para os senhores terem uma idéia, o diretor era PL-1, a Taquigrafia ia até PL-2, enquanto a classe oficial legislativo, que era a classe de nível superior da Câmara, ia até PL-3 ou 4. A taquigrafia era uma atividade-meio, bastante “meio” mesmo. Eles consideravam o apanhamento taquigráfico na Casa legislativa muito mais difícil do que em qualquer outra casa. Embora a de oficial legislativo fosse também uma atividade-meio, considerando-se que a atividade-fim é a do legislador, era uma atividade mais técnica, de apoio direto à atividade legislativa. Por essa razão, pelo alto nível de cada um deles, pela convivência diária com os parlamentares etc, por tudo isso, a Taquigrafia conseguia ter um nível salarial maior do que todos os outros.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vamos lembrar alguns casos engraçados que marcaram?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Eu me lembro de um fato engraçado ocorrido com José Bonifácio.

José Bonifácio era um mineiro típico. Foi 1º secretário da Câmara, parece-me que por dez anos, e tinha domínio total sobre a administração. Foi 1º secretário e superintendente da Casa e realmente exercia essa função com todo poder. O diretor-geral era seu subordinado, o que não ocorre hoje, pois desde Ulysses Guimarães a Presidência informalmente tomou as rédeas da administração e da Casa, de modo geral.

José Bonifácio, que era o dono, que era importante, teve um infarto. Um dia, entramos juntos no Anexo II. Ao subirmos a rampa que vai em direção ao corredor, ele parou, segurou-me pelo braço e disse: “Olha só que maravilha esse panorama”. Olhei e não tinha panorama nenhum, apenas o saguão do Anexo II. Ele deu uma gargalhada e disse: “Meu pai fazia isso em Barbacena. Quando ele não estava agüentando subir as ruas íngremes de Barbacena, dava uma parada e, para não confessar que estava cansado, dizia ao seu interlocutor: Olhe, que maravilha de paisagem.”

Outro fato ligado a ele e a seu enfarte.

Ele teve sintomas de enfarte quando estava no gabinete do diretor-geral, no Anexo I. Um médico foi chamado e correram para lá com uma cadeirinha de rodas. Mas é crença que nenhum deputado quer confessar que está doente. O que ele fez? Já que a cadeira estava lá, ele botou a sua mulher sentada e foi andando ao seu lado, para não confessar que ele é que estava com problema de saúde. Isso faz parte do anedotário da Casa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Entre funcionários.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Há uma coisa interessante e de triste lembrança, mas, como não houve conseqüência fatal, até podemos achar um pouco de graça.

Eu passava por onde hoje é o Banco do Brasil, ia subindo a escada que vai para o plenário e ouvi um estampido. Não sei se foi um ou dois. Quando olhei, estava o Nelson Carneiro correndo em direção à saída da Câmara, com o revólver na mão, e Piquet, o pai do Piquet... Esqueci seu nome. Como é mesmo o nome?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Souto Maior.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Não tinha mesmo o Piquet no nome parlamentar; era Souto Maior. Ele estava caído no chão, de bruços, também com um revólver na mão e sangue escorrendo pela boca. Começou a chegar gente e mais gente e um deputado do Rio Grande do Sul gritou: “Chamem um médico. Chamem um médico.” Daí, um seu colega disse: “Você não é médico, rapaz? Você não é médico?” Mas ele queria um médico da Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Entre os funcionários, havia algum particularmente reverenciado pelos colegas, alguém de que todo mundo gostasse? Ou tinha alguém que era muito odiado?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – No caso do odiado pode ser até que houvesse, mas não mencionarei.

Alguém que tivesse benquerença generalizada? Luciano Brandão. Não conheço uma figura que fosse mais respeitada e querida do que Luciano Brandão. Ele exerceu a diretoria-geral com toda competência e, ao mesmo tempo, sem agressões, sem punições. A sua figura é carismática. Aliás, ele comprovou esse carisma não só aqui, mas também no Tribunal de Contas da União, para onde foi depois. Hoje, o plenário do TCU tem o seu nome, tem o nome de uma figura viva, tal a marca que deixou no Tribunal. Ele era convidado para festas, era permanentemente lembrado. Era querido, sim, era respeitado e de alta competência.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Ele ia às festas?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Ia, sim. E, falando em festas, lembro-me que houve época em que a Casa era mais descontraída, e a Taquigrafia, no fim do ano – a Taquigrafia, de novo – fazia uma festa. A Taquigrafia funcionava onde é hoje o Espaço Cultural. Fazia uma festa com música e dançava-se. Ele ia lá e dançava também. As taquígrafas dançavam com o diretor-geral. Não obstante, ele era respeitadíssimo. Ainda que com aparente liberalidade, não havia intimidades que pudessem comprometer a sua dignidade, a sua administração.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como era a representação funcional? Os funcionários tinham uma associação?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Representação em que sentido?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Perante a Casa. Existia uma associação de funcionários?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Só depois da Constituinte de 1988 o servidor público pôde se sindicalizar. Antes, havia uma associação que era puramente de lazer – Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados – Ascade, que existe ainda hoje e está muito bem, tem uma sede maravilhosa na beira do Lago. Mas não trabalhava, ou trabalhava muito pouco, na área de reivindicação. Mesmo porque, como lhes disse, era tal a intimidade dos funcionários dos gabinetes com os deputados que prescindíamos desse tipo de representação. Os chefes de gabinete se uniam, combinavam, passavam a trabalhar os deputados e conseguíamos as coisas de tal maneira que chegamos a ser os funcionários mais bem pagos do Brasil. Em termos de administração pública, os funcionários da Câmara dos Deputados eram os mais bem pagos, numa época em que não havia representação sindical, que também não era necessária.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Naquela época não havia muitos aposentados na Casa. Vieram jovens para Brasília?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Um número bastante representativo de funcionários do Rio de Janeiro, os mais altos, os mais velhos, ficaram lá. Primeiro, ficaram cuidando do Palácio Tiradentes, porque a Câmara se mudou mas conservou algumas ligações. Eles administravam o Palácio Tiradentes.

No primeiro momento, esteve sempre presente a idéia da possibilidade de um retorno. Muita gente acreditava que haveria um retorno. Quando houve a Revolução, principalmente, houve uma tentativa de se retornar para o Rio de Janeiro, o que não foi possível.

Para Brasília vieram alguns funcionários absolutamente necessários. Tanto foi assim que, no primeiro momento, houve muita nomeação sem concurso para atividades modestas, como motorista, servente, ou seja, cargos mais modestos. O pessoal de secretaria, propriamente dito, foi conservado o grupo do Rio, e mais um grupo, que é um pouco engraçado, porque apelidaram os funcionários de ... esqueci o apelido, mas a situação era a seguinte: altas funcionárias do Rio de Janeiro eram casadas, e os maridos, ou porque não trabalhavam ou porque tinham empregos mais modestos, vieram para Brasília. Foi dado a eles um cargo, embora de secretaria, também modesto – era auxiliar de secretaria, alguma coisa assim. Então, chamavam-lhes “maridos que acompanhavam

as esposas”. Essa é a única coisa que me lembro de nomeações para área um pouco mais relevante. Fora disso, era esse um prédio monstruoso – não era tudo isso, mas já era muito mais do que o Palácio Tiradentes – o que exigiu a contratação de pessoal para limpeza, segurança, motoristas... no Rio não havia tantas necessidades.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O pensamento da possibilidade de se retornar ao Rio de Janeiro era voz corrente? Os deputados prometiam isso?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Era voz corrente e esperança de quase a totalidade dos funcionários que vieram do Rio. De repente alguém deixou a casa que tinha no Rio de Janeiro, deixou a família, filhos que estudavam. Havia presente em todos os que vieram do Rio de Janeiro essa possibilidade. Tanto é que, quando houve a Revolução, saudaram-na como uma possibilidade de retorno, porque muitos líderes revolucionários eram da UDN, e a UDN veio para cá forçada.

Voltando a José Bonifácio, Zezinho era seu apelido. Os jornalistas o tratavam com intimidade, e um disse: “Zezinho, você é da UDN, que era contra a mudança para Brasília. Mas depois vocês todos votaram a favor da mudança.” Ao que ele respondeu: “Sabe para que nós votamos? Para desmoralizar o Juscelino, porque pensávamos que ele não ia conseguir mudar para Brasília. E acabou conseguindo.” Havia sempre presente a possibilidade de retorno.

Brasília tinha poeira, e o Rio de Janeiro tinha suas noites, a orla do Rio, o mar. Tudo isso, evidentemente, fazia parte das esperanças dos funcionários. Depois, mudou tudo. Tempos depois, aposentavam-se, iam para o Rio, faziam um teste e voltavam para Brasília, porque já estavam adaptados e no Rio, com seus problemas crescentes, as coisas foram se alterando e as condições daqui ficaram melhores do que as de lá.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Até quando o senhor ficou na ativa na Câmara?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – De 1962 até o último dia da Assembléia Nacional Constituinte. Quando acabou a Assembléia, pedi aposentadoria.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E logo em seguida foi para a ASA? Como foi?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Não, fui para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para ser assessor do desembargador Carlos Augusto Faria. Fiquei lá por dois anos. Também foi uma troca, porque ao mesmo tempo em a gente assessora e aprende. Foi muito bom.

Quando saí de lá, fui convidado pelo Franco Montoro, com quem trabalhei de três a quatro anos.

Depois, ele saiu da comissão, e fui assessorar o senador Lauro Campos, com quem trabalhei por dois anos. Depois, passei a me dedicar à ASA-CD e ao meu escritório de advocacia. Felizmente, a ASA cresceu em importância, cresceu em termos físicos e realiza um trabalho que considero importante, mas lamento que não haja mais apoio por parte dos aposentados.

Hoje, por exemplo, estou com uma matéria em que faço as maiores reclamações contra as atitudes da Câmara dos Deputados ao aprovar a contribuição para aos inativos da maneira como foi aprovada. É um clima de mentira, de engodo. Coisa que deveria botar até em meu trabalho é a ausência do aposentado. Sempre pedimos a sua presença, pois uma coisa é a liderança se relacionar com o deputado e levar-lhe razões lógicas e legais, mas é necessário que a categoria mostre presença.

Aliás, nas passeatas de 6 de julho e de 11 de agosto, senti a falta de cabelos brancos na Esplanada. Talvez, quem sabe, essa ausência possa ter influenciado no ânimo do governo e dos deputados, porque chegaram ao absurdo de estabelecer que o aposentado atual pague mais contribuição do que o futuro aposentado. O futuro aposentado pagará a partir de R\$2.400,00, e o atual aposentado, a partir de R\$1.440,00. Foi uma luta que nós seguramos desde o Collor, ou seja, há treze anos. Impedimos até então que fosse feita a cobrança aos inativos, que é absurda, porque toda contribuição tem que ter um sentido, uma consequência. Então, qual será a consequência da contribuição de aposentado, se já cumpriu a fase chamada de contributiva e passou para a segunda fase, que é aquela de retribuição? Ele contribui e depois é retribuído.

Então, por essas razões, estou com as maiores mágoas dessas decisões açodadas da Câmara dos Deputados, da violência com que tudo feito. Não digo da violência física, isso é bobagem, faz parte do processo, dos levantes e das indignações populares. Mas, da maneira como foi conduzido o processo – empurrando goela abaixo mentiras, ministro indo ao rádio e à televisão dizer mentiras. Chegamos ao ponto de ter de ir à Justiça para impedir o governo de fazer propagandas contra os aposentados. Houve uma decisão judicial proibindo o governo de fazer propaganda. Não adiantou nada, porque rádios e televisões abriram espaço nos jornais. Então, foi um massacre que realmente teve como consequência muito deputado votar sem saber exatamente o que estava votando. A grande maioria não sabe e não conhece tecnicamente a matéria e vota naquilo que o governo diz. Por exemplo, disseram que os estados e não sei quantos municípios já pagam a contribuição previdenciária;

só o funcionário da União não paga. Mas isso foi fruto de um acordo feito em 1998 exatamente nesse sentido. A União não tinha problema de caixa, mas os estados e os municípios tinham. Ora, se têm problema de caixa, então que os funcionários dos estados e municípios paguem a contribuição. A União não tem problema de caixa. Por que vão exigir esse pagamento? Então, em 1998 ficaram separados: estados e municípios para lá e União para cá. De repente, o discurso do governo na Câmara dos Deputados foi no sentido de que havia uma injustiça, porque uns pagavam e outros não.

Quando entrei para o serviço público, a regra era a seguinte: o cumprimento de 35 anos de serviço dava direito à aposentadoria. Se o servidor quisesse, poderia até ficar mais tempo. De repente, vem uma determinação que diz o seguinte: não são mais 35 anos de serviço, são 35 anos de contribuição. As regras vão sendo alteradas, e alteradas, e alteradas. E como ficam os direitos adquiridos? Além dessa questão, há outra que tem sido reiterada através de diversos governos. Fernando Henrique ficou oito anos no governo e deve ao funcionalismo mais de 70% de perdas do valor da moeda. Foram oito anos sem correção, de acordo com a perda do valor da moeda com a inflação – a inflação que parece não ter existido, mas é claro que existiu, como demonstram os índices. Entra o Lula, e o que faz? Dá 1%, 1% de aumento, quando, ao fazermos a média dos índices de correção, encontramos acima de 12%.

Há um massacre muito grande em cima do funcionário, que é considerado privilegiado. Eu estou dizendo aqui no meu artigo: como privilegiado? Comecei a trabalhar aos doze anos de idade, sempre trabalhando, fiz vários concursos, tudo que adquiri foi mediante concurso, enquanto muitos ficavam jogando pelada na rua, iam para os bares beber cachaça. Você está estudando, aprimorando-se e, de repente, chega naquele ponto que almejou e mereceu, e te chamam de privilegiado. Incrível isso, não é? E isso vem de pessoas do mais alto nível do Executivo, lamentavelmente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor acha que os deputados hoje são muito diferentes dos deputados até 1988?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Eu tenho dito o seguinte: houve aquela fase dramática em que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica se impunham junto ao país e, portanto, exerciam uma pressão bastante convincente sobre os deputados. Nem naquela época vi os deputados se agacharem como estão fazendo hoje. Por que as cassações? As cassações vieram exatamente por isso: os deputados simplesmente mantinham suas convicções políticas e não obedeciam a que os comandos revolucionários exigiam. Hoje, os deputados estão muito suscetíveis a qualquer tipo de pressão, talvez até financeira, quem

sabe, e provavelmente sim, porque o sistema eleitoral não está muito bem feito e exige que um deputado fique muito dependente do dinheiro para realizar suas eleições. Essa dependência cria o quê? Que ele fique à disposição dos sabores daqueles que financiam suas campanhas.

Esse quadro mudou muito. Em vez de aprimorar a democracia, o sistema político e o sistema eleitoral, nós estamos regredindo. O deputado Biscaia, por exemplo, disse da tribuna, ao pronunciar seu voto: “A minha convicção é que os aposentados e pensionistas não devem pagar a contribuição previdenciária, mas atendendo ao comando do meu partido, eu voto ‘sim’”. Então, ouvimos coisas como essas e ficamos pensando que o deputado não está obedecendo ao interesse do seu eleitorado como deveria ser. Ele está obedecendo a interesses outros, até inconfessáveis, que podem estar ligados aos banqueiros, ao interesse partidário. Dizem que o Berzoini tem interesse direto na Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil. Ele está querendo engordar a Previ.

Coisas desse gênero nos levam a dizer que os deputados já não são mais aqueles, no sentido de ter a noção exata do que significa um Parlamento democrático, do que significa o papel de um representante do povo nesta Casa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Essa pressão do líder da bancada não era tão acentuada como é agora, ou nem existia?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Eu nunca ouvi, ou por outra, só ouvira isso na época da revolução: falar em cassação. Mas o Genoíno, com a maior tranquilidade, passou a dizer nos jornais que aquele que não votasse com o governo que apoiava seria cassado. Ou, por outra, ele não falou cassado, mas expulso do partido. E depois disse assim: “Poderíamos até falar em cassação, porque afinal ele foi eleito pelo partido. Ele está se utilizando de um mandato espuriamente.” Então, vê-se que o partido guarda semelhança com o Partido Comunista, que era o partido do pensamento único, em que a divergência não era aceita. E tudo isso vimos aqui nesses três ou quatro meses em que se votou essa PEC 40, essa infeliz PEC 40.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas como a Arena, que era o rolo compressor, fazia essa pressão?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – A Arena recebia pressão. É difícil fazer uma avaliação sobre o período revolucionário pelo seguinte: houve um expurgo muito grande da classe política. Para a senhora ter uma noção, houve um deputado de Pernambuco que era chamado de “pintor de parede”, Luís não sei de quê, que chegou aqui com trinta e poucos votos. Eles cassaram toda a bancada de Pernambuco e foram até o último suplente, que era esse Luís, pintor de parede, que tinha 32 votos. Então, vê-se que, de repente, quem

estava em condições de se candidatar e ser eleito para o Congresso, eram os de direita. O pensamento da Direita estava em plena consonância com o pensamento revolucionário, afinal quem açulou os militares a fazerem a revolução foi exatamente a direita, aqui dentro, foi o Carlos Lacerda, toda a UDN, Bilac Pinto. Bilac Pinto escreveu um livro, *Assalto ao Parlamento*, referindo-se à Esquerda, aos sindicatos, aquele movimento sindical que dava apoio a João Goulart. Então, não havia propriamente a pressão porque o pensamento deles estava marchando com o mesmo tom, com o mesmo toque dos militares. Afinal, os militares na política foram uma criação da Direita radical aqui, no Parlamento.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Gostaria de fazer uma pergunta, que não tem muito a ver com a Câmara, mas de certa forma está ligada. Com a criação do senador biônico, como os funcionários da Câmara viram isso? Reagiram de alguma maneira?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – É aquela história do tragicômico, é trágico e é cômico. Foi exatamente o Geisel, nesse pacote de abril. Daí é que saiu o senador biônico. Duas coisas saíram daí. Primeiro, o senador biônico; depois também – você sabe que o senador é eleito por voto majoritário – eles alteraram essa questão, colocaram como proporcional. Então senador ficou parecido com o deputado, proporcional também, tanto que Lauro Campos foi o candidato a Senador mais votado de Brasília, numa dessas eleições, e não ganhou, porque o somatório dos votos do PMDB, desses candidatos a senador do PMDB, foi maior. Então, Meira Filho, que era o candidato do PMDB, um radialista, foi eleito, e Lauro Campos, com o maior número de votos individuais, não conseguiu atingir o somatório dos votos do PMDB. E passou a ser objeto de gozação o termo “senador biônico”; passou a ser parte do anedotário, principalmente entre os jornalistas, que passaram a utilizá-lo em diversas outras situações em que se fraudava algum princípio para poder atingir objetivos. Você sabe tanto quanto eu que o biônico virou uma palavra de uso comum e sempre depreciativamente. Lógico, que ele violentou o Parlamento de uma maneira absurda, porque uma coisa é tirar alguém do Parlamento – isso já é uma grande violência – outra coisa é você enfiar alguém dentro do Parlamento, como foi feito. De repente, alguém é senador. Só faltou ele perpetuar-se, ser um senador vitalício. O que faltou foi isso. Espero que isso não ocorra mais. Mas os tempos estão de tal maneira mudando contra a democracia, que hoje a democracia é apenas uma palavra, nada mais; a democracia não é realidade, é uma palavra. Esses movimentos que temos visto, não só dos sem-terra, mas com os militares em Brasília, tudo isso significa

que há um desequilíbrio – o sistema está enlouquecido; não há ninguém tentando resolver o problema geral. Essas duas reformas que Lula manda para cá, uma delas, que é a tributária, não foi para valer. Não se vai conseguir chegar a um ponto, como Fernando Henrique não conseguiu também, porque os interesses se conflitam: um estado quer isso, outro quer aquilo. Não se chega a um consenso. Ele está adotando a política dos governadores que era adotada nos anos 20. Voltou tudo. Quem é legislador hoje no Brasil? É José Dirceu, da Casa Civil, os governadores e PT – eles passaram a ser legisladores. Então, não sei se isso aí pode levar a bom lugar, a bom caminho, a bom fim, que seja benéfico ao povo brasileiro, porque tudo indica que a deterioração vai chegar a um ponto qualquer em que haverá a necessidade de uma coisa mais violenta, e sei lá que coisa violenta seria essa, porque revolução, hoje, acho que fica até materialmente muito difícil. Os militares estão desmoralizados, as Forças Armadas estão desmoralizadas, até por falta de dinheiro, que é uma forma de desmoralizar – é exatamente tirar os meios – e foi o que fizeram com as Forças Armadas; revolução sindical também não. Então, que força seria? Mas o fato é que a violência generalizada, no campo e na cidade, a carência generalizada, a quebra, as falências generalizadas, tudo isso leva a um ponto em que haverá a necessidade de uma decisão heróica, e por quem?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor está falando de um quadro grave.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – De quê?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor está falando de um quadro social muito grave.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Gravíssimo, acho.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – De um quadro institucional muito grave. Como é que o senhor vê o papel do Legislativo nesse quadro?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Como eu falei, eu acho que o Legislativo, nesta legislatura, não está cumprindo com aquilo que o povo espera dele. Veja, nós votamos em alguém que pareceu ser a figura que trazia novidades, que trazia soluções, que pregou essas soluções. Nós aceitamos as soluções que o PT pregou, que os partidos de esquerda pregaram como necessárias. Qual era a solução? Primeiro, para o desemprego? Segundo, para a violência? O que ocorreu de janeiro para cá? Nenhuma dessas questões foi combatida de frente, como deveria ser. Quando o presidente Collor assumiu a Presidência, havia o problema da inflação de 84% ao mês. Claro que não gostamos da forma como ele agiu, mas foi de eficácia absoluta: num golpe de espada, através de medida provisória, decretou a queda da inflação. É aquela

história do ovo de Colombo: não se põe o ovo em pé sem quebrá-lo; para que fique em pé, tem-se que dar uma quebradinha nele; ninguém desatou o nó górdio, a não ser a golpes de espada. Eu acho que nós estamos chegando a esse ponto. Se o Legislativo se omitir, se ele continuar desconhecendo que o problema maior do Brasil é o desemprego, que gera violência, que gera prostituição, pois uma violência chama outra, vira aquela bola de neve, que vai crescendo, evidentemente chegaremos a um ponto crítico em que um ato de violência vai ter que ser feito. Quem sabe, um ato como os norte-americanos costumam fazer, a exemplo de Lincoln, de Kennedy e quem sabe mais de quem. Então, é preciso que o Legislativo assuma a sua condição de representação popular, assuma a sua condição de legislador e que possa orientar o povo numa direção... e que possa legislar também, livremente, em busca de uma solução para esse quadro caótico.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique Porto Filho) – Qual o papel do servidor da Câmara? O que ele pode fazer para ajudar na correção do rumo do Legislativo?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – O servidor da Câmara é dividido em diversas áreas. Eu tiraria a área administrativa, que realmente, não tem influência alguma. Mas as assessorias da Câmara, que hoje são consultorias, essas têm um papel da maior importância para trabalhar a cabeça de um deputado. Eles são especialistas, eles têm meios. Os deputados recorrem a eles para fazer os seus trabalhos. O deputado se dirige a um consultor, coloca um tema e pede um projeto. Ora, está aí uma oportunidade que tem um consultor da Câmara de fazer a cabeça do deputado e de produzir alguma coisa importante. Por outro lado, por iniciativa própria, as consultorias deveriam agir também, e não ficarem na expectativa de que os deputados venham a solicitar esse ou aquele trabalho. Elas deveriam produzir de acordo com... essa questão da violência, por exemplo, a questão do desemprego – tudo isso está ligado à política imposta pelos banqueiros. Agora, por exemplo, o que ocorrerá com a aprovação dessa reforma da Previdência? Reduzirá os nossos proventos. Ora, se vai reduzir meus proventos, vai reduzir meu poder de compra. Ao reduzir o poder de compra, alguém deixará de vender. O comércio de Brasília já está apavorado, pois já está em queda violenta das vendas, além das conseqüências que advirão. Tudo isso alimenta a violência, alimenta a prostituição. O que fazer? Cumprir as metas do Banco Mundial? O FMI, outro dia, veio pedir perdão, porque havia se enganado. Ora, enganou-se com a Argentina, enganou-se com o Brasil? Eu acho que o povo brasileiro tem condições de sair a procurar uma saída própria, enfrentando os problemas que estão aí. Por que

sempre nos comparam à França? Citam muito a questão da previdência na França, mas ela é calculada de acordo com a expectativa de vida do francês. Ele vive mais do que o brasileiro. Como querer aplicar um cálculo feito lá, com a expectativa de vida tal? Vai querer aplicar no Brasil, onde se morre mais cedo e se vive menos? A solução própria é que tem que ser buscada. A assessoria altamente qualificada da Câmara tem tudo para produzir e fazer a cabeça do deputado, para não ficar a reboque do que o deputado quer. Fazer produções, publicações periódicas sobre as questões mais relevantes anunciadas nos jornais. Cada deputado, cada senador, cada consultor deve procurar produzir as suas lições. Cada um fazer aquela troca de informações, aquele conjunto de trabalho, para chegar a esse fim, para procurar chegar lá. Não podemos nos considerar derrotados diante de fatos como os de fernandinhos beira-mar e por aí fora.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Sr. Jolimar, durante todo esse tempo na Câmara o senhor chegou a perceber ou admirar algum funcionário que considerasse bom negociador, bom de idéias, capaz de interferir a favor dos servidores da Câmara ou qualquer outra coisa nesse sentido, dos funcionários da Câmara?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Eu já me referi ao Luciano Brandão, que foi diretor-geral da Câmara. Eu elegi o Luciano Brandão pelo seu carisma, pela sua competência, pela sua forma de liderar. Eu disse aqui que ele não só era respeitado, mas era querido. Era convidado para aniversários e festas. Realmente, era uma pessoa estimada. Numa época em que não havia lideranças sindicais, ele procurava ouvir, dar seqüência e levar à Mesa aqueles apelos do corpo de funcionários da Câmara dos Deputados. Inclusive, ele supria essa deficiência de uma liderança formal, que não havia na época. Ele cumpria plenamente esse papel. Era o elemento de ligação de servidores com a Mesa, com ampla aceitação por parte de todos e com resultados bastante significativos.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Voltando um pouco atrás, a uma coisa que me despertou curiosidade: a Resolução nº 20, de 1971, que foi a grande reforma administrativa da Casa. Eu pensava, quando menino, que tinha sido feita internamente, por servidores. Mas o senhor disse que foi um trabalho feito pela Fundação Getúlio Vargas. Houve um grupo de trabalho da Câmara que trabalhou juntamente com Fundação Getúlio Vargas?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Foi encomendado à Fundação o trabalho. Ela realizou um trabalho, e esse trabalho foi trazido para a Câmara, e nós, então, em conjunto, discutimos. Nós cortamos coisas, acrescentamos coisas, de modo que foi uma miscigenação. Eles colocaram a questão da

forma como entendiam, mais racional, e nós fizemos as adaptações na Casa. Por exemplo: eles queriam que fosse “diretor-geral da Secretaria da Câmara dos Deputados”. E o Luciano disse: “mas eu sou diretor-geral da Câmara dos Deputados, e não diretor-geral de Secretaria”. Tratavam-se de coisas assim, que pareciam de pouca importância, mas provocavam reações nas pessoas que conviviam aqui. O fato é que o trabalho inicial foi dos técnicos da Fundação; depois foi alterado, em conjunto, com os servidores da Câmara dos Deputados, que constituíram um grupo-tarefa para esse fim.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Há mais alguma pergunta que deixamos de fazer, mas que V.Sa. julga importante constar neste seu depoimento?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Deve ter, mas eu também... (risos)

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique Porto Filho) – Sr. Jolimar, anteriormente, na história da Câmara, o servidor da Câmara, pela legislação interna, era proibido de ter atividade político-partidária, mas exercia uma atividade política à medida que, pela proximidade, conseguia mudanças, junto aos deputados. Hoje, temos uma série de representações, somos mais partidários, inclusive a declaramos abertamente, mas estamos cada vez mais em situação defasada do que nós deveríamos estar. Fale-me um pouquinho desse fenômeno.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Parece uma contradição: quando parecíamos órfãos, na verdade tínhamos poder. De repente, temos “n” representações, temos sindicatos, temos associações – tem no Senado, tem na Câmara, tem no Tribunal de Contas – no entanto não estamos naquele céu de brigadeiro em que nos encontrávamos antigamente.

A criação desse órgão de apoio aos parlamentares, em consequência a essa separação física e funcional desses servidores da Câmara com os deputados, foi definitiva, absolutamente a razão direta dessas consequências. Os deputados passaram a não ter interesse. Pelo contrário, certos partidos chegam aqui cheios de preconceito contra o funcionário da Câmara. Ouvem dizer lá fora que o funcionário da Câmara é isso, aquilo, aquilo outro. E vão até além da realidade, porque o funcionário da Câmara, hoje, de longe, não é o que ganha mais neste país. Por outro lado, é o que trabalha muito. Então, o que ocorre? Existe o grupo de servidores diretamente ligados aos deputados, que, a olhos vistos, têm conseguido vantagens, como subir sem passar por concurso público. Essas pessoas escolhidas sem concurso público são ligadas política ou familiarmente a deputados, que inventaram o tal Cargo de Natureza Especial como uma forma de introduzi-las sem concurso público. E nem sempre essas

peças trabalham. Observem, às 6 horas da tarde, nas entradas da Câmara, no dia em que estiver sendo realizada sessão extraordinária, o fluxo de pessoas entrando na Câmara para assinar ponto de frequência. Portanto, percebe-se que estavam a exercer outras atividades ou, no mínimo, em suas casas.

Essa divisão isolou o funcionário da Câmara, que é aquele que dá sentido, apoio direto e, portanto, que sustenta o Poder, que ensina o deputado a trabalhar, que produz para o deputado, que cada vez mais está perdendo o poder, em detrimento daqueles que não são funcionários, mas que estão crescendo, porque os deputados estão criando vantagens para eles. O gabinete no exterior é um exemplo. O deputado ganha importância determinada para manter um gabinete fora de Brasília. Para isso, ele contrata as pessoas que escolher. O pior de tudo: ele recebe o dinheiro e presta conta desse dinheiro com um “recibinho”, não paga imposto de renda – tudo isso em detrimento dos interesses do servidor. Não sei se a situação ainda é essa, mas até há poucos dias me disseram que o pessoal da ativa não tinha recebido a convocação porque o dinheiro gasto com CNEs, cerca de 1.900 funcionários sem concurso, tinha retirado o poder do pagamento aos funcionários da Casa.

Vejam que aqueles que trabalham para a atividade-fim vão sendo diminuídos, e aqueles que trabalham diretamente para os deputados vão melhorando não só o poder de remuneração, mas o de influência sobre os deputados, em consequência.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor acha, então, que o CNE deveria ser extinto?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Eu acho que sim. Não só o CNE, mas a terceirização, que também é uma forma de não se fazer concurso. A Câmara contrata uma empresa, que ganhou uma licitação, claro, mas, a partir daí, quais são os funcionários que trabalharão para ela? Houve concurso público? Não. E quem indica esses funcionários? O deputado? O diretor da Casa? Não sei. Só sei que não há concurso público. Ora, onde não existe concurso público, por maior boa vontade que tenha o administrador na escolha de seus funcionários, é claro que o nível cairá e trará reflexos. Pelo menos, a nossa consultoria está preservada. Aqueles que produzem para os deputados, trabalham junto à atividade-fim, estão preservados. O Centro de Documentação e Informação, por exemplo, até então, também está sendo preservado.

Essa decadência não tem fim enquanto alguém não der um murro na mesa, não quebrar o ovo, não cortar o nó. A decadência não tem fim. É preciso dar um grito. Vejo que o sindicato está dando alguns gritos, mas isoladamente. O que ocorre? O Ezequiel, presidente do Sindicato, está batendo de frente com

o presidente da Câmara. Mas essa agressão pessoal eu não apóio. Entendo que devemos bater de frente nesse trabalho que se realiza contra o nosso interesse, mas não individualizar. Estão querendo tirar, ou já tiraram, a função comissionada do presidente do Sindilegis porque ele está cumprindo o seu dever. Qual é a ação do Sindilegis? É fazer a crítica, reivindicar. Todas essas coisas enfraquecem o funcionário. O funcionário ainda não sentiu que de dez anos para cá perdeu quase tudo, inclusive, que é o problema maior, a dignidade. Realmente, a perda da dignidade nos faz perder até a vontade de lutar. Deixamos de ser não os “marajás”, que já disseram que somos, e passamos a ser os “barnabés”, aqueles que todos os dias trazem a comida para comer na Câmara. Talvez isso ainda não esteja acontecendo, porque há o auxílio-alimentação. (risos)

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Lembrou-se de mais algum fato?

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Não, mas prometo mandar por escrito a vocês, caso venha a me lembrar.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Eu o agradeço pela participação no nosso projeto.

O SR. JOLIMAR CORRÊA PINTO – Muito obrigado. Espero não tê-los decepcionado.